

**GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO:
PERSPECTIVAS E CULTURAS ADOLESCENTES NO PANTANAL DE MATO
GROSSO DO SUL**

**GÉNERO Y SEXUALIDAD EM LA ESCUELA EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN:
PERSPECTIVAS Y CULTURAS ADOLESCENTES EN EL PANTANAL DEL MATO
GROSSO DO SUL**

**GENDER AND SEXUALITY AT SCHOOL IN TIMES OF GLOBALIZATION:
PERSPECTIVES AND ADOLESCENT CULTURES IN THE PANTANAL OF MATO
GROSSO DO SUL**

Cláudia ARAÚJO DE LIMA¹

RESUMO: As masculinidades e feminilidades, identidades de gênero e sexualidades expressas pelos adolescentes na atualidade, demandam atenção e refinamento científico para a formação de professores no debate sobre as novas culturas e expressões sociais latentes. Essa discussão vem aproximando pesquisadores e áreas interdisciplinares, ampliando as epistemologias e diálogos sociais nas áreas de educação, saúde e direitos humanos. A proposição de conhecer aspectos e culturas em gênero, sexualidade e diversidade, traz a triangulação de métodos para a pesquisa qualitativa, os desenhos exploratórios sobre as temáticas, considerando os desafios para coleta de dados, observação participante e análises transversais sobre as representações adolescentes. O pano de fundo apresenta um experimento em educação e saúde numa escola de ensino médio no Pantanal de Mato Grosso do Sul e suas reverberações na graduação em Pedagogia na Universidade. Os resultados se apresentam no momento em que discutimos a necessidade de a escola mediar o conhecimento acerca dessas temáticas, bem como a necessária formação docente em gênero, sexualidade e diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e gênero. Gênero e sexualidade. Sexualidade e escola. Adolescência e gênero. Formação de professores e gênero

RESUMEN: *Las masculinidades e feminilidades, identidades de género y sexualidades expresadas por adolescentes hoy, demanda atención y refinamiento científico para formación de profesores, en el debate sobre la nuevas culturas y expresiones sociales latentes. Viene la discusión acercando los estudiosos y áreas interdisciplinarias, poniendo las epistemologias en expansión y los diálogos sociales en las áreas de educación, salud y derechos humanos. La proposición de conocer aspectos de la cultura de género, sexualidade o diversidad, trae a nosotros una proposición de triangulación de métodos, para investigaciones cualitativas, dibujos exploratórios temáticos, considerando los desafíos para la recopilación de datos, la observación participante y análisis transversales acerca de las representaciones de los adolescentes. Se presenta experimento en educación y salud en una escuela secundaria en el*

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professora Adjunta no Curso de Pedagogia, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. Doutorado em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0712-9101>. E-mail: claudia.araujolima@gmail.com

Pantanal de Mato Grosso do Sul y sus reverberaciones en el grado de Pedagogía en la Universidad. Los resultados se presentan en momento que discutimos la necesidad de la escuela como mediadora del conocimiento en estas temáticas, así como la necesaria formación de profesores en género, sexualidade e diversidad.

PALABRAS CLAVE: *Educación y género. Género y sexualidade. Sexualidade y escuela. Adolescencia y género. Formación de profesores y género*

ABSTRACT: *Masculinity and femininity, gender identity and sexualities expressed by juveniles nowadays, require scientific care and refinement for teacher formation, new cultures and latent social expressions debate. This discussion brings together researches and interdisciplinary approach, expanding epistemology and social dialogs on education, health and human rights. The proposal of knowing aspects and cultures of gender, sexuality and diversity, offers a triangulation of methods for qualitative research, descriptive designs on themes, considering the challenges of collecting data, participant observation and cross-sectional studies over juveniles' representations. Scenario presents health and care observation of a high school in Pantanal of Mato Grosso do Sul and its repercussion in Undergraduate Course in Education. Results are presented when we debate school's responsibility for mediating knowledge on these topics, while it indicates the need for appropriate formation over gender, sexuality and diversity.*

KEYWORDS: *Education and gender. Gender and sexuality. Sexuality and school. Adolescence and gender. Teacher formation and gender.*

Introdução

A escola é o lugar da aprendizagem e por vezes, é o único acesso que discentes encontram para dirimir suas curiosidades, as socializações para além do espaço doméstico e aspirações individuais. O ensino médio, período de aprofundamento de conhecimentos teórico-práticos, de aproximações de intelectos e de descobertas do mundo, potencializam-se no ambiente escolar, onde os assuntos se inter cruzam em emaranhados de informações. Esses são tempos de globalização, quando todos os assuntos se apresentam e se liquefazem no cotidiano.

A partir da concepção da Constituição Brasileira (1988), que considera no seu art. 205 a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, a escola vem sendo o lugar do incremento formativo de crianças e adolescentes, jovens e adultos em quase todos os municípios do país.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.086, de 13 de junho de 1.990, no Brasil, a adolescência começa aos 12 e vai até os 18 anos de idade, podendo se

estender até os 21 anos, quando se tratar de pessoa com deficiência. Essa condição legal de proteção de direitos orienta e ampara para que essa parcela da população não esteja exposta aos vieses da violência sexual.

Em referência ao pleno desenvolvimento e preparo para a cidadania, inclui-se como imprescindível observar questões sobre educação e saúde, onde se encontram os direitos sexuais e os direitos reprodutivos que, num primeiro momento, podem causar perplexidade, por haver a necessidade de serem abordados em espaços escolares para discentes e docentes.

A realidade dos dados brasileiros sobre gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis e HIV/Aids em pessoas com menos de 18 anos de idade, nos leva a necessariamente ter que considerar a discussão e orientação sobre questões de identidades de gênero, sexualidade e compreender as novas masculinidades e feminilidades que se apresentam a cada dia entre adolescentes.

Corumbá é um dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Está situado na região oeste e faz fronteira com dois países, a Bolívia e o Paraguai, sendo a condição de cidade gêmea com Puerto Quijarro - Bolívia, uma das potencialidades para expansão da cultura e dos comportamentos sociais entre os moradores da região. Nessa perspectiva transcultural, as escolas de ensino médio em Corumbá têm matriculados alunos brasileiros, bolivianos e em alguns casos, com dupla cidadania, quando filhos de pais brasileiros/bolivianos e pela oferta do ensino regular gratuito em escolas públicas estaduais e federal, do lado brasileiro.

O município de Corumbá-MS, de acordo com a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía no ano de 2020 uma população estimada de 112.048 pessoas, sendo que a população de adolescentes entre 10 e 19 anos de idade circula em torno de 20.775 pessoas, o que representa 20,6% do total de habitantes locais, o que é bastante representativo.

No que refere ao acesso e seguimento na educação, Corumbá possui, de acordo com o IBGE (2018), um total de 18 escolas de ensino médio, com 4.487 matriculados e um total de 387 docentes para atendê-los. Essa situação preocupante demonstra uma dificuldade de acesso e continuidade dos estudos, demonstrando que o município se encontra nas últimas colocações do ranking estadual e nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) desde 2015, conforme demonstrado na página de internet do IBGE Cidades (2020).

Caracterizado como um município de grande população adolescente e jovem, Corumbá sofre com as situações de violência sexuais cometidas contra crianças e adolescentes, um grande número de nascidos filhos de mães adolescentes e, por conseguinte, os casamentos e amasiamentos precoces, pouco reconhecidos pela sociedade local como um problema de

desenvolvimento social, violações dos direitos humanos e pouca priorização, conforme estabelecido na legislação brasileira. Esses são, em realidade, os que são deixados para seguir sua sorte.

Gênero e sexualidade no ensino médio

O conceito de gênero indica uma construção social dos papéis femininos e masculinos, que se estabelecem em cada sociedade. Contribui para o entendimento das antropologias e outros olhares sobre o movimento e o controle dos corpos (RUBIN, 1975; SAFFIOTI, 1987; SCOTT, 1989).

Louro (2008) vem ampliar a discussão conceitual de gênero no campo dos desafios, das mudanças ideológicas, da sexualidade, do reconhecimento das múltiplas identidades e dimensões de gênero, que compreendemos hoje como classificações binárias, sendo o masculino/feminino, heterossexual/homossexual e as denominadas orientações sexuais: gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, heterossexuais, com novas denominações que evoluem rapidamente.

As masculinidades e feminilidades adolescentes se apresentam como constructos importantes para o desenvolvimento humano. Acontece que há uma imposição da sociedade para haja uma representação social desses processos, dando características ao que seja um comportamento masculino ou feminino. Nesse sentido, o diálogo entre adolescentes configura uma alternativa a novo percurso, que não seja o da imposição de poder (BUTTNER, 2003; LOURO, 2001).

As dificuldades de inserção e desenvolvimento das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade na educação formal no país, se reflete imediatamente para adolescentes matriculados no ensino fundamental e médio, quando passam por questões e descompassos entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), os Planos Estaduais e Municipais de Educação e as temáticas que são retiradas ou não inclusas nos documentos. Numa negação da realidade, contribuindo de forma negativa para uma questão representativa no contexto do desenvolvimento sócio estrutural brasileiro, o país segue sem querer oferecer conhecimento sobre gênero, sexualidade e diversidade, e pouco se responsabiliza pelo grande número de meninas e adolescentes que sofrem violências sexuais diariamente, engravidam de forma precoce por variadas condições de exposição e aumentam o quadro de pobreza e desigualdade social em saúde e educação, o que pode ser uma das barreiras para a compreensão do que significa saúde sexual e saúde reprodutiva no Brasil.

A definição de Direitos Sexuais, amplamente debatida durante os últimos 30 anos, não chegou a um arranjo pelos meios legais, posto a não consideração das variáveis condições do gênero para esse aspecto.

Mattar (2008), elabora um debate jurídico necessário, que aponta as diversas tentativas de separação entre os direitos sexuais e direitos reprodutivos ao longo do tempo, deixando assim a possibilidade de novas conceituações para os direitos sexuais. Assim, neste estudo, consideram-se direitos sexuais as capacidades de livre expressão da sexualidade de pessoas, sem discriminação de gênero, sem imposição de força ou indução, violência, exploração, com respeito ao corpo e ao desenvolvimento psicossocial desde a infância e adolescência, à idade adulta e idosa.

Os direitos reprodutivos, no contexto de saúde pública, se apresentam como uma oportunidade para a educação de adolescentes, jovens e pessoas adultas, sobre o funcionamento do sistema reprodutivo humano, suas condições de reprodução, fragilidades.

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e as suas funções e processos, e não de mera ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para se reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo (NACIONES UNIDAS, 1995).

Há que se fazer o exercício de compreensão, já que a globalização está presente para a maioria dos adolescentes pela facilidade de acesso à internet e outros meios de comunicação, que trazem promoção a vários tipos de conhecimento. A informação que é tão facilitada, não melhora a discussão necessária sobre o desenvolvimento social a partir das condições de vida e saúde, onde se incluem os debates e informações sobre direitos sexuais, que constituem a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes a não serem expostos à sexualização, à violência sexual, aos casamentos precoces, à gravidez indesejada ou situações degradantes, como a exploração sexual e o tráfico nacional e internacional para fins de exploração sexual comercial, além do trabalho escravo ou do casamento servil.

Ainda, os direitos reprodutivos, que passam pela possibilidade de escolha para a maternidade ou paternidade, sendo para isso considerado um direito humano, o acesso aos progressos científicos para o uso de métodos contraceptivos naturais ou medicamentosos, que incluem entre usuários pessoas adolescentes (ONU, 1948).

As adolescências são diferentes, o desenvolvimento de cada indivíduo é particular, e viver numa região urbano-ribeirinha-agrícola-fronteiriça se traduz na possibilidade de uma

adolescência que acolhe os acréscimos e as deformidades da cultura, que na dependência de como são educadas socialmente, podem apreender as homofobias, lesbofobias, xenofobias em suas variadas representações.

Formação de professores, gênero e sexualidade

No que refere à formação de professores nas temáticas da educação em gênero, sexualidade e diversidade, o espaço acadêmico na área da educação favorece o desenvolvimento de conteúdos que podem contribuir para o incremento de habilidades para uma atuação profissional equilibrada e aberta à convivência em sociedade, envolvendo temas e questões relacionadas aos diversos gêneros em construção, o desenvolvimento das sexualidades de formas saudáveis e seguras, culturas e comportamentos não discriminatórios na escola.

Cominesi (2011), apresenta a necessidade de se estabelecer novos ‘ressignificados na identidade docente’, para que seja possível uma ampliação de estratégias e habilidades, diante do panorama mundial e novos modos de vida. Para a autora, a universidade é o novo espaço de avanços sociais e científicos, onde docentes devem ser capazes de reconfigurarem suas metodologias, suas práticas, suas linhas de pesquisa e raciocínio. E o que é o novo?

O modelo heteronormativo de educação e formação de professores, visto por muito tempo como única forma de entender o mundo, passa hoje pelo processo de modernização imposto pela sociedade, que pede uma revisão em seus novos-velhos discursos de respeito e dignidade, que acabam por traduzirem-se em discriminação, *bullying*, misoginias.

Disciplinas que apresentem e discutam as teorias de gênero, sexualidade e diversidade, distribuídas em aulas dialogadas, oficinas, seminários, se apresentam como conquista histórica no cenário das instituições de ensino superior na atualidade brasileira, no século XXI.

O pacote de assuntos “tabus”, considerados necessários para o cumprimento dos dispositivos legais e do projeto político pedagógico no curso de graduação em pedagogia, tem como potencialidade apoiar a elucidação de dúvidas, acrescentar conhecimentos e qualificar futuros profissionais.

Os conceitos e pré-conceitos adquiridos na perspectiva sócio histórica dos indivíduos, sejam discentes ou docentes, apontam teses emblemáticas para o aprofundamento de estudos. Os temas provocam um compreensível incômodo para discentes e docentes habituados aos conteúdos estruturantes, aos protocolos de como ensinar e às orientações técnicas pertinentes e importantes para o processo de formação professoral, que não tratavam do assunto até a sanção da Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2016.

Para Silva, Brancaloni e Oliveira (2019), o que se apresenta na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em suas unidades temáticas, percorre somente os assuntos relacionados aos aspectos biológicos, tratando apenas dos aspectos da relação saúde-doença, sem valorizar outras particularidades, contribuindo com defasagens sobre questões importantes para o desenvolvimento da sexualidade saudável. Tais aspectos, quando elucidados por intermédio de explicações, debates, orientações, trazem aos adolescentes possibilidades de reconhecimento de situações de violência e outras vulnerabilidades.

Não há uma culpabilização pela dificuldade em compreender e absorver questões, que por vezes, não foram objeto da formação individual ou social dos indivíduos em outras épocas.

A discussão sobre a formação de professores nas temáticas de gênero e sexualidade é também o exercício que Groff, Maheirie e Mendes (2015) realizam, apontando as dificuldades individuais que se apresentam quando da realização das disciplinas na graduação em sua universidade. Esse fenômeno, que precisa ser desmistificado, vem ao encontro do que ocorre na região do Pantanal. A negação estatal diante das temáticas representa uma omissão aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, vindo ao encontro do que podemos compreender como evolução da educação transformadora, que se torna imprescindível incluir os movimentos humanos entre os gêneros e a sexualidade, para que faça sentido o ato de educar em toda a sua complexidade.

Gênero, sexualidade e diversidade na formação de professores enfrentam uma dúbia realidade na universidade. Como disciplina que discute tais questões, apresenta procura pelo interesse do aluno ou necessidade de cumprimento de créditos. No rol da formação de professores, é introduzida no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, e iniciada em 2014. Enfrentou dificuldades de ser entendida como área do conhecimento, adequação à modernidade como temática atemporal a partir do século XXI ou, ainda, desenvolvimento de habilidades profissionais para as futuras e futuros pedagogos, para lidar com a vida real nas salas de aula e nas relações interpessoais. A experiência curiosa vem desvelando tais assuntos na graduação, envolvendo a triangulação das metodologias ativas em educação e novos estilos de ensino e aprendizagem, para que o pensamento heteronormativo introjetado ao longo dos séculos na sociedade seja desmobilizado e refeito pelos professores do presente e do futuro.

Na busca por compreender o mundo globalizado, onde estão expressas masculinidades e feminilidades de variadas naturezas desde a infância, e, sendo a escola espaço das representações sociais, há que se aprofundar o conhecimento dos futuros docentes, fomentando um debate que evolua e qualifique o desenvolvimento profissional.

No debate em sala de aula, a experiência pondera como vem sendo trabalhada e compreendida a nova capacidade intelectual e habilidade profissional, para tratar assuntos da vida real, nas salas de aula, seja nas escolas públicas ou privadas, e, como o desenvolvimento de metodologias que instigam o indivíduo, apoiam a reorganização do pensamento para que seja descolonizado e refeito pelos docentes que atuam na academia. Quando se discute casos, dúvidas, timidez e questões individuais em grupos, apoiados pelas teorias, percebe-se uma possibilidade de alteração no contexto nas escolas para crianças e adolescentes.

Esse desejo formativo, materializado em conteúdo curricular para uma disciplina optativa com ementa, como qualquer outra no curso de Pedagogia, traz para a academia a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2016, que prevê em seu art. 5º, que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: X – Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.

Aulas expositivas dialogadas, minuciosa seleção de artigos, livros, apresentação de pesquisas, dados, casos, documentários, filmes, leituras e debates orientados, são evoluções de aplicabilidade de tecnologias leves da educação, para o desenvolvimento da disciplina na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, demonstrando que a globalização, a informação e novos modos de compreensão sobre o outro no mundo, nos espaços públicos e privados, se apresentam para serem trabalhados em todas as etapas da educação formal e não formal, compreendendo assim, um novo momento para a formação de professores, em educadores sociais.

É na formação de professores que podemos trabalhar a descolonização masculinizante e feminilizante da educação. É debater cada possibilidade da representação das formas de educação não formal ou informal para mudar a educação formal, para alterar o significado de uma educação heteronormativa, que se apresenta nos comportamentos docentes quando desconhecem as teorias, e que se altera quando fazem boas leituras e debates sem preconceitos. Quando se abrem para o mundo como ele é, feito por pessoas.

Em 2020, entra para o quadro de disciplinas obrigatórias no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMS: Educação ético-racial, gênero e diversidade, que, ainda que num curto espaço de tempo para os conteúdos necessários, abre possibilidade para o debate, o trabalho com os conflitos individuais e a aprendizagem discente e docente. A disciplina atrai discentes de outras graduações, o que reflete a necessidade de ampliação da temática no Campus.

O desafio de conhecer os dois lados: as representações sociais discentes sobre gênero e sexualidade na escola e na universidade

Conhecer as representações sociais de discentes do ensino médio e da graduação em Pedagogia sobre gênero, sexualidade, masculinidades e feminilidades no contexto da educação e saúde, torna-se campo fértil para o equilíbrio entre a formação dos dois coletivos.

A pesquisa em educação para melhoria da informação em sala de aula corrobora com o projeto desenvolvido por uma das escolas de ensino médio do município de Corumbá, em três turmas do primeiro ano, onde os adolescentes têm entre 15 e 17 anos de idade e participaram do Projeto Saúde, parceria da Escola com a Universidade e a Secretaria de Saúde local, para tratar temas estabelecidos na legislação federal, que no período entre 2017 e 2019 mobilizou tópicos a serem debatidos e suas interfaces com o gênero e a sexualidade.

Desses grupos do ensino médio, com aproximadamente 45 discentes a cada ano, tratou-se de selecionar questões-problema, no sentido de alertá-los para os cuidados com seu corpo e sua saúde sexual e reprodutiva. Os temas trabalhados visavam orientá-los sobre as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce ou indesejada, o respeito às individualidades e a não violência. A partir dos debates, os adolescentes foram indicando novos temas para atendimento de suas necessidades e curiosidades. As maiores mobilizações foram ao longo do período, as tipologias de gênero, os preconceitos familiares e sociais, a solidão nos momentos de decisão individual e a vontade de ampliar a compreensão dos coletivos sobre gênero, sexualidades, diversidade e aceitação por parte de suas famílias e amigos.

Nos grupos de discentes da graduação, turmas com média de 35 discentes ao ano, pessoas com idades entre 17 e 42 anos, com curiosidades, dúvidas e compreensões parecidas com a dos adolescentes do ensino médio. Resistentes em alguns momentos, tímidos na hora dos debates, vão ao longo dos meses da disciplina, alterando seus comportamentos, ficando mais atentos, participativos, melhores ouvintes.

A triangulação de métodos

De acordo com Gatti (2012, p. 13), a pesquisa em educação pode apresentar em um único estudo “múltiplos caminhos que os aproximam da compreensão desse fenômeno, escolhendo também o ângulo da abordagem”.

Para Minayo (2004), a pesquisa social é importante ferramenta para dialogar com os aspectos da vida humana e seus fenômenos, o que nos leva a refletir sobre a condição de pesquisar sobre educação e saúde em gênero, sexualidade, nas masculinidades e feminilidades

dos seres adolescentes. Ainda, na perspectiva de Minayo (2004, p. 13): “O objeto das ciências sociais é histórico. [...] a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social”.

Na pesquisa qualitativa em saúde, Bosi (2014, p. 5) posiciona as “arenas sociais” como territórios de “interdisciplinaridade” e “inter (trans) culturalidade”, o que demanda aprofundamento teórico e rigor para as análises, de modo a constituir ciência com ética e respeito às pessoas.

As técnicas para a coleta de dados estão baseadas nas ferramentas do grupo focal, ou rodas de conversa, onde o diálogo e os questionamentos são colocados pelos grupos, na observação participante, onde o pesquisador interage com o grupo a ser pesquisado, visando compreender aspectos e processos de evolução, involução ou estagnação dos atores. Ainda, a utilização de relatos de encontros, para que seja possível analisar os períodos anteriores e posteriores à aplicação das técnicas. Por fim, a realização de uma oficina de bonecos sexuados, onde os discentes constroem o corpo, a sexualidade, o gênero e a história do personagem para uma posterior apresentação ao coletivo.

No grupo de discentes do ensino médio, a representação social sobre a disciplina em curso trouxe para alguns, a novidade, um assunto importante, um momento de liberdade. Para outros, um assunto sem importância, coisas que já sabia ou preferiram não opinar. Nos questionamentos respondidos, uma frase anotada marca a atividade que aconteceu por três anos: “professora...você chegou muito tarde na minha vida...”

No grupo de discentes da graduação, a reflexão foi bastante instigante. Das quatro vezes em que a disciplina foi ofertada no período de 2016 a 2019, houve comentários coincidentes. Alguns afirmaram que o conteúdo é necessário, muda a perspectiva do futuro docente, apresenta uma realidade desconhecida até então. Para poucos, são assuntos desnecessários, não contribuem para a formação ou não serão utilizados no futuro em sala de aula; observamos que as questões religiosas são impeditivas para lidar com tais situações. No entanto, todas as turmas desaprovaram a discriminação e a homofobia. A frase marcante da graduação: “Gente, eu preciso falar uma coisa importante, aqui eu me sinto segura, sou lésbica”. E a emoção toma conta da turma, inclusive com uma outra frase marcante que respondeu a colocação naquele momento: “Em outra situação, eu jamais aceitaria ouvir uma declaração como essa, minha formação familiar e religiosa não aceita isso, mas eu estou te ouvindo e não me fere mais...”

Considerações finais

Há, entre os adolescentes do ensino médio, uma positividade quanto às questões sociais de identidade de gênero. Eles acreditam numa aceitação social, numa “normalidade” entre o grupo e apresentam um distanciamento dos espaços comunitários ampliados, para além da escola. Entre elas e eles a neutralidade é o comportamento mais recorrente. Não apresentaram preconceitos explícitos ou a determinação de que aquela ou aquele não faz parte do grupo. A adolescência é representada por grupos e, neste caso, as confrarias da escola não encaram a sexualidade ou o gênero, neste contexto, como uma questão de seleção.

Entre adolescentes e jovens universitários, o contexto se apresenta de forma diferente. Muitos encaram a discussão sobre formação de professores em temas de gênero e sexualidade ou diversidade como uma ação importante, outros, deixam explícito que não vão utilizar os conhecimentos apreendidos em suas atividades profissionais, seja pela condição religiosa, pela vergonha em tratar temas delicados ou o medo da reação social. É um percurso a ser trabalhado por muitas gerações de pedagogos.

Quanto aos espaços domésticos, relatam questões importantes nos dois lados. Como as dinâmicas de aceitação ou não aceitação de suas identidades de gênero e em algumas falas tratam de explicar deslocamentos físicos, como mudar de casa, morar com outros parentes ou ser acolhido de forma tranquila, quando expressam, por exemplo, ser gay ou lésbica no contexto familiar, quando tratamos com os discentes do ensino médio. Seria essa uma característica dos discentes dessa escola? Qual seria a representação social de todos os adolescentes da região da fronteira Brasil e Bolívia sobre gênero e sexualidade?

Interessantes os resultados dos debates em sala de aula na graduação. Ainda que a diferença etária seja pequena em anos, adolescentes e jovens universitários ainda sofrem as pressões sociais da cultura regional acerca das temáticas abordadas. Impressiona o número de mulheres que desconhecem aspectos científicos sobre o corpo, os direitos sexuais e direitos reprodutivos. Relatam que nada, sobre tais assuntos, foi abordado no ensino médio. Por vezes, informam que é a primeira vez que ouvem sobre tais assuntos.

Nos colóquios sobre educação e saúde, os estudantes demonstraram que possuem conhecimentos sobre os aspectos de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, no entanto, as dúvidas e questionamentos expressaram que nem sempre a informação é compreendida ou correlacionada com suas realidades. Um exemplo clássico é não ter tido acesso a observar preservativos masculinos ou femininos, nunca ter conversado com

profissionais de saúde ou educação sobre sexo ou ter recebido qualquer orientação sobre cuidados com o corpo na adolescência.

Sobre a orientação familiar acerca de sexo e sexualidade, segundo as turmas do ensino médio e ensino superior, o assunto nunca foi mencionado, ou foi pouco mencionado. Elas e eles consideraram essa situação como falta de informação de seus pais ou responsáveis, vergonha de tratar do assunto com filhos, questões religiosas que não favorecem diálogos sobre a temática ou, simplesmente, a ausência de percepção materna e paterna ou familiar de que estes adolescentes estão caminhando para a fase adulta.

Masculinidades e feminilidades passaram pelas questões de desenvolvimento individual e se caracterizaram pelas dúvidas e posturas sociais não condizentes com a atualidade: para elas e eles adolescentes, a maioria dos movimentos em sociedade não reconhecem que essa perspectiva influencia nos comportamentos docentes. Professoras e professores que perpetuam comportamentos machistas, homofóbicos e discriminatórios apresentam dificuldades em suas atividades, seja na escola de ensino básico ou na academia, quando não conseguem aceitar ou debater sobre as variações de gênero, as sexualidades expressas e a globalização ascendente. É uma pauta de pisca-alerta ligado, não se pode deixar de lado, fazer de conta que não existe.

Autores modernos promovem um debate conexo com as pedagogias afirmativas quando afirmam que socialmente foram desenvolvidas ao longo do tempo determinações culturais para o comportamento das pessoas de acordo com as conveniências e os momentos históricos, sendo que as elaborações dessas condutas surgiram de espaços reconhecidos como determinantes, tais como a família, a religião, da saúde e da justiça.

Aquelas e aqueles que apresentam identidades de gênero em construção buscam informações, de modo geral, na internet. Querem compreender as formas de apresentação do gênero no mundo e conseguem discutir, ainda de forma tímida, as questões que envolvem suas sexualidades. Professores em formação podem e devem buscar aprofundamentos e qualificações nas temáticas, para contribuir melhor no enfrentamento aos diversos problemas que a desinformação pode causar ao desenvolvimento de um adolescente.

Outros aspectos necessitam ainda serem refinados e sistematizados, para que possamos identificar e compreender as expressões desses adolescentes, que vivem distantes dos grandes centros, têm acesso a informações, mas que por vezes não percebem as similaridades e as diferenças que possam existir em relação aos adolescentes da mesma cidade em que vivem, outros lugares e o país vizinho, da fronteira onde vivem, sem, no entanto, deixar de perceber que a globalização e o acesso a informações os colocam num mesmo patamar de

desenvolvimento, que precisa ser relativizado pelo acesso, o interesse individual e o medo de acessar um universo diferente do cotidiano.

AGRADECIMENTOS: Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal e ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Corumbá, pelo apoio ao desenvolvimento das atividades teóricas e práticas de ensino e aprendizagem por intermédio de metodologias ativas para as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade no ensino médio e na graduação.

REFERÊNCIAS

- BOSI, M. L. M. Desafios atuais para a pesquisa qualitativa: Considerações no cenário da saúde coletiva brasileira. **Forum Sociológico** [online], n. 24, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.996>
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. PL 5172/1990
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COMINESI, C. M. A resignificação da identidade do docente frente às novas exigências do século XXI. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 6, n. 2, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v6i2.4880>
- GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.
- GROFF, A. R., MAHEIRIE, K., MENDES, P. O. S. P. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i6.8329>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades, Corumbá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 10 out. 2019.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>

MATTAR, L. D. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais - uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. Sur. **Rev. int. direitos human**, São Paulo, v. 5, n. 8, jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

NACIONES UNIDAS. **Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo**: el Cairo, 5 a 13 de septiembre de 1994. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/572_filename_finalreport_icpd_spa.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.

RUBIN, G. “The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex”. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Moderna. 1987.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, C. S. F.; BRANCALEONI, A. N. L.; OLIVEIRA, R. R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>

Como referenciar este artigo

LIMA, C. A. Gênero e sexualidade na Escola em tempos de globalização: perspectivas e culturas adolescentes no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2490-2503, nov., 2020. E-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.14453>

Submetido em: 20/07/2020

Revisões requeridas em: 30/08/2020

Aprovado em: 29/09/2020

Publicado em: 30/10/2020